

CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | N°. 1 | Ano 2024

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.  
Dra Juliana Barreto Farias.

Site/contato

<https://revistas.unilab.edu.br/>

Email: [leyva@unilab.edu.br](mailto:leyva@unilab.edu.br)

Email: [julianafarias@unilab.edu.br](mailto:julianafarias@unilab.edu.br)

**Timor-Leste nas conexões afro-brasileiras:  
imagens da solidariedade internacional contra a ocupação Indonésia (1975-1999)**

Daniel De Lucca<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Conexões, Solidariedade Internacional, Timor-Leste

A pesquisa, em curso, investiga a solidariedade internacional, a diáspora e a diplomacia timorense em Moçambique e no Brasil nos anos da ocupação indonésia (1975-1999). A proposta é reconstruir a circulação de ideias e imagens, pessoas e ações diplomáticas capazes de mapear uma história transnacional que evidencie como a “questão de Timor” permitiu conectar três regiões do Sul Global diferentemente marcadas pelo legado colonial português (Sudeste Asiático, África Austral e Cone Sul) por meio dos laços estabelecidos entre timorenses, moçambicanos e brasileiros no último quartel do século XX. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, desenvolvo pesquisa de campo e de arquivo em contextos multi-situados, com entrevistas e análise da documentação disponível em diversos acervos digitais.

A proclamação da República Democrática de Timor-Leste, feita pela Frente Revolucionária Timor-Leste Independente (FRETILIN), ocorreu no dia 28 de novembro

---

<sup>1</sup> Professor do bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro/UFBA). Integrante do Grupo de Pesquisa Órbita - Observatório das Relações Internacionais (UNILAB) e do CEMI - Centro de Estudos de Migrações Internacionais (UNICAMP). [dandelucca@unilab.edu.br](mailto:dandelucca@unilab.edu.br)

de 1975, na sequência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Apenas dez dias depois da proclamação, as forças armadas indonésias desembarcaram em Díli, dando início a uma ocupação militar que permaneceu até 1999. Considerada ilegal perante o direito internacional, a invasão estabeleceu a “questão de Timor” nos fóruns da ONU e outros, abrindo uma aporia no sistema internacional que atravessou o fim da Guerra Fria e que se agravou à medida em que se divulgavam mais informações sobre as violações dos direitos humanos perpetradas contra os timorenses. Nestes 24 anos o tema ficou congelado nas organizações internacionais devido à geopolítica das superpotências, mas, na periferia do poder global, as articulações nunca cessaram. No apoio à libertação de Timor-Leste, os PALOP “desempenharam um papel fundamental na manutenção do tema na agenda da ONU” (Magalhães, 2007:501), sobretudo nos primeiros anos da invasão, quando diplomatas portugueses pareciam desistir da ex-colônia. Atuando em lobby para angariar apoio de outras nações africanas, em diversas ocasiões os PALOP condenaram internacionalmente a Indonésia, um país que era apoiado tanto pelas potências ocidentais da Guerra Fria, quanto pela Liga dos Países Árabes (devido às conexões islâmicas do mundo malaio) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, bloco regional liderado por Jacarta). Sem o apoio diplomático africano, a “questão de Timor” teria saído de pauta na ONU já em 1975.

Os estudos sobre a solidariedade internacional pró-Timor focalizaram os movimentos da sociedade civil e as políticas de Estado ocorridas sobretudo nos países do “Ocidente” – Austrália, EUA, Canadá e Europa Ocidental – além de manifestações estudantis que, na década de 1990, tiveram lugar na própria Indonésia, a potência neocolonial de então. Uma outra compreensão da história transnacional da resistência timorense encontra-se na documentação produzida no chamado “Terceiro Mundo”, em acervos pessoais e de associações civis, nos arquivos diplomáticos dos Estados e nos periódicos locais. Este imenso arquivo subalterno, disperso e pouco estudado, revela outras formas de enunciação e identificação com Timor-Leste que se entrelaçam com desafios regionais específicos, expressando geografias alternativas e outros modos de se imaginar o país na história global.

Até o fim da década de 1980, quando o desmoronamento da Guerra Fria alterou profundamente a ordem internacional, os PALOP foram os principais apoiadores da causa de Timor-Leste, que, em documentos diplomáticos, era reconhecido como “um país

irmão”, devido à experiência colonial e também anti-colonial compartilhada. Moçambique teve especial destaque e foi o PALOP que deu maior apoio à FRETILIN, desde o início acolhendo lideranças políticas e famílias timorenses em fuga, tornando-se o terceiro maior destino da diáspora timorense, atrás da Austrália e de Portugal. Oferecendo moradia, trabalho e também formação no sistema escolar e de ensino superior, Maputo tornou-se o quartel general da Frente Externa da FRETILIN, que de lá pôde desenvolver operações em outras partes do “Terceiro Mundo”. Isso ocorria num momento em que esta categoria ainda possuía um profundo significado político para agentes que a incorporavam e o “terceiro-mundismo” ainda podia ser pensado como um projeto à escala internacional (Prashad, 2022).

Alguns integrantes da FRETILIN chegaram a ser incorporados no funcionalismo do Estado socialista africano em franca transformação e a experiência na gestão pública moçambicana teria efeitos posteriores quando, após a restauração da independência, em 2002, alguns destes mesmos timorenses voltaram a sua terra natal para participar da edificação do Estado pós-conflito. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) parece ter oferecido para o movimento de libertação de Timor-Leste recursos semelhantes àqueles que lhe foram ofertados por “países amigos”, como Argélia e Tanzânia, quando Moçambique ainda se encontrava sob o jugo no colonial nos anos de luta pela independência e suas lideranças dependiam das articulações políticas e redes de relações estabelecidas em Argel e Dar-es-Salaam. Neste sentido, pode-se afirmar que Maputo transformou-se num importante “hub da descolonização” (Burton, 2019) para Timor-Leste, com o Estado moçambicano fornecendo infra-estruturas necessárias para a vida local e para a política internacional, redefinindo em território africano um novo “cosmopolitismo extra-metropolitano” para a luta nacionalista timorense.

O envolvimento do Brasil e dos brasileiros na luta de libertação de Timor-Leste foi menos constante e menos expressivo que aquele visto em África. A participação do Brasil na “questão de Timor” antes dos anos 1990 ainda não foi estudada propriamente e o tema ganhou alguma atenção pública e acadêmica apenas na segunda metade daquela década, como desdobramento do processo de redemocratização e a criação da CPLP (1996). Tal como os africanos, os países latino-americanas também foram observados pelas “lentes da Guerra Fria” por muitos acadêmicos estrangeiros, rotulando-os como regimes autoritários, subdesenvolvidos e de pouco protagonismo internacional. A partir

dos anos 1960, os países do Cone Sul foram se alinhando a Washington, em sua geopolítica hemisférica, e estabeleceram regimes militares anti-comunistas baseados na “doutrina de segurança nacional”. Foi neste contexto que o Brasil do governo Geisel (1974-1979) paradoxalmente reconheceu a independência de Angola, proclamada pelo revolucionário Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), enquanto, apenas 17 dias depois, não reconheceu a independência proclamada pela FRETILIN.

Mas se é verdade que o governo brasileiro, à época da ditadura, nunca ofereceu recursos nem se engajou na luta de libertação de Timor-Leste, o mesmo não se pode dizer de seus cidadãos. Com a perseguição sistemática aos opositores e críticos considerados “inimigos internos”, muitos brasileiros no exterior passaram a se inserir em novas redes e “descobriram” Timor-Leste, se identificando e passando a se envolver com a causa. O cosmopolitismo promovido nestes deslocamentos possibilitou a conexão e a comunicação entre brasileiros e timorenses em Moçambique e Angola, países que acolheram exilados do Sudeste Asiático e da América Latina.

Um exemplo encontra-se na *Cadernos do Terceiro Mundo*, a principal revista latino-americana a acompanhar a luta pela libertação de Timor-Leste, publicando artigos e entrevistas sobre o conflito. Ao entrevistar Etevaldo Hipólito, brasileiro no exílio e correspondente da *Cadernos do Terceiro Mundo* em Maputo, ele relatou que, em Moçambique, “falava com os nicaraguenses, também com pessoal de El Salvador e Chile para discutir a situação de Timor. E nós, latino-americanos, só descobrimos o que estava acontecendo em Timor aqui na África, exilados junto com eles”. Os membros da equipe editorial da *Cadernos* forneciam apoio logístico às missões diplomáticas timorenses na América Latina, apresentando pessoas-chave e podendo acolher timorenses em suas próprias casas. Isso ocorreu em 1980, quando José Ramos-Horta veio ao Rio de Janeiro, como primeiro representante da Frente Externa da Resistência Timorense a pisar no Brasil.

Na passagem para a década de 1990 a sociedade civil em Moçambique e no Brasil começou a se sensibilizar em torno da “questão de Timor”, justamente num momento de crise vivida nestes países. Se em Moçambique a “questão de Timor” desde a independência esteve na agenda pública, no Brasil foram as organizações que trabalham com os temas da luta anti-apartheid e da solidariedade ao Haiti que passaram a incluir Timor-Leste no mapa de suas reivindicações. A história colonial, a língua portuguesa, o

combate ao autoritarismo, além dos valores cristãos (marcados pela Teologia da Libertação) foram os principais vetores que promoveram a identificação da luta timorense no debate público do Brasil pós-ditadura, tal como se pode verificar nos jornais *Folha de SP* e o *Estado de SP* do fim dos anos 1990.

Com o término da Guerra Fria, os dínamos discursivos da revolução, do anti-imperialismo e do terceiro-mundismo, que aproximavam e conectavam os projetos políticos dos governos moçambicanos e angolanos, assim como dos militantes timorenses e brasileiros no exílio, perdem amparo. Direitos humanos, democracia e construção da paz assumem o topo da agenda internacional, e adquirem colorações distintas, tanto na África Austral pós-apartheid quanto no Cone Sul pós-ditadura. E este discurso liberal, mais moderado e asséptico, é justamente o que permitiu que a “questão de Timor” ganhasse eco perante as potências ocidentais que passaram, enfim, a pressionar a ditadura de Suharto (1967-1998) na Indonésia.

#### **Referências bibliográficas:**

BURTON, Eric. "Hubs of decolonization. African liberation movements and Eastern connections in Cairo, Accra and Dar es Salaam", In: DALLYWATER, Lena; FONSECA, Saunders (eds.) *Southern African Liberation Movements and the Global Cold War 'East': Transnational Activism 1960-1990*. Berlin/Boston: Gruyter, 2019.

MAGALHÃES, António Barbedo de. *Timor-Leste: interesses internacionais e atores locais*, Vol I e II, Lisboa: Afrontamento; 2007.

PRASHAD, Vijay. *Uma História Popular do Terceiro Mundo*, São Paulo; Expressão Popular, 2022.